

## Exame resolvido de Direito Romano

### Turma C

8 de Janeiro de 2018

---

A presente grelha aponta os aspectos considerados essenciais na resposta dos alunos, mas dada a natureza da prova e o ensino ministrados ao longo do curso, serão consideradas e relevadas outras questões suplementares e adicionais que sejam apostas pelos alunos, nomeadamente, as apreendidas por via de consulta e leitura de obras da bibliografia suplementar que foi indicada.

---

#### Grupo I

Responda sucintamente **a quatro (4)** dos seguintes tópicos:

**1. Senado;**

Génese, composição e competência do Senado segundo uma perspectiva evolutiva, relevando a referência aos *senatusconsulta*, enquanto fonte de Direito.

**2. Lex rogata;**

A *lex rogata* como lei comicial e lei pública; características. Enunciação do procedimento legislativo (*promulgatio*, *conciones*, *rogatio*, votação, aprovação pelo Senado e afixação). A *Lex Publilia Philonis* de 339 a.C., relativa ao momento de aprovação da lei pelo Senado.

**3. Atributos dos magistrados romanos;**

Importância dos magistrados na República. Os atributos dos magistrados – *imperium*, *potestas*, e *iurisdictio*. Os poderes comuns dos magistrados – *ius auspiciorum*, *ius edicendi* e *coercitivo*. Os poderes reservados a alguns magistrados – *iurisdictio* e *intercessio*.

**4. Litis contestatio;**

Referência à *litis contestatio* como momento final da fase *in iure* do Tribunal do Pretor, no âmbito do processo formulário (pós *Lex Aebutia de Formulis*, de 130 a. C.). A *litis contestatio* como entrega da fórmula pelo pretor ao demandante. O conceito de *fórmula*.

## **5. *Edictum perpetuum*;**

Conceito de *edictum*. A relevância do *Edictum Perpetuum* no quadro da acção jurídica de Adriano; o processo de elaboração do *Edictum Perpetuum*; consequências: limitação da *iurisdictio* do pretor e a consolidação do poder do *princeps*.

## **6. Compilação justinianeia.**

Contexto histórico e processo de elaboração da compilação; identificação das obras, datação, finalidade e conteúdo da compilação.

### **Grupo II**

Responda a **um (1)** dos seguintes temas:

#### **1. As Características do processo judicial ordinário após 130 a.C.;**

O processo formulário iniciado com a *Lex Aebutia de Formulis*, de 130 A.C.. A caracterização do Tribunal do Pretor - as fases *in iure* e *apud iudicem*. Relevância da *Lex Aebutia de Formulis*, a autonomização da *iurisdictio* do pretor e a criação de fórmulas. A intervenção do *iurisprudente* no processo judicial.

#### **2. A Lei das citações como um dos instrumentos de funcionalização do jurisprudente.**

A Lei das citações - autoria, contexto jurídico-político e datação e conteúdo; o valor jurídico da *iurisprudentia* no quadro das fontes do direito romano; noção de *citações* e valor da *iurisprudentia* invocada em juízo; identificação dos juristas mencionados na Lei das Citações e critérios de utilização e ponderação das opiniões dos juristas citados em juízo. A influência da Lei das citações para a sedimentação de um sistema de jurisprudentes entendidos como funcionários do Imperador.

### **Grupo III**

Desenvolva **um (1)** dos seguintes temas:

#### **1. A *iurisprudentia* e o *ius novum*.**

Características da *iurisprudentia*, aplicação e evolução, da República ao Dominado. As funções do *Iurisprudente* (*cavere, agere e respondere*). A *interpretatio prudentium* como elemento determinante da experiência jurídica romana anterior ao principado. A *iurisprudentia* baseada na *auctoritas*. O *ius publice respondendi* e a intervenção do *Princeps* na liberdade do *iurisprudente*. A Lei das citações e o domínio da lei sobre a *iurisprudentia*. O *ius novum* e monopólio imperial do Direito; o *ius vetum* como *ius*; o *ius novum* como *lex*; decadência e supressão de fontes do Direito Romano, em especial, o caso da *iurisprudentia*.

#### **2. Segundo Cícero a base da república romana apoia-se sob a *auctoritas* do Senado, a *potestas* dos magistrados e a participação dos cidadãos nos**

**comícios das centúrias e das tribos, sendo todos submetidos ao império da lei.**

Compreensão da frase da opinião de Cícero através da caracterização jurídico-política da república romana. Os diversos órgãos políticos – o Senado e a sua *auctoritas*, em especial na defesa dos *mores maiorum*; o papel dos magistrados na construção jurídica de Roma - a *potestas* dos magistrados em geral; a importância dos comícios das centúrias na construção jurídica e política de Roma – a eleição dos magistrados e a aprovação dos editos; as leis comiciais em geral, e a *lex rogata* em particular.

A concepção de lei no período da República e a sua conformação a um ordenamento jurídico baseado na interpretação e aplicação do *ius civile* pelos *iurisprudentes* e pretores. Saber distinguir o termo “império da lei” na república e no principado e dominado.

**Cotação:**

Grupo I: 2 valores/questão; Grupo II: 5 valores; Grupo III: 7 valores

**Duração:** 105 minutos